

Jornal Notícias

31-01-2019

Periodicidade: Diário

Temática: Ju

: Justica

Dimensão: 1126 cm²

Classe: Âmbito: Tiragem:

Nacional 60963

Informação Geral

Imagem: S/Cor Página (s): 1/20 INFO NO FISCAL PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE

Leiria Acessos levam deficientes a processar tribunal P.20



Jornal Noticias

31-01-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito:

Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Justica

Dimensão: 1126 cm

Imagem: S/Cor Página (s): 1/20







Tribunal não tem acesso para pessoas com mobilidade re<mark>duzida dev</mark>ido a plataforma elevatória e sala de audiências sem espaço

Associação processa tribunal por falta de acessibilidades

Obras no verão não resolveram problemas e as três plataformas elevatórias continuam avariadas

Francisco Pedro

LEIRIA O primeiro a ser processado judicialmente vai ser o Tribunal de Leiria, mas outros poderão
seguir-se ao longo do ano. A Associação Salvador anunciou ontem
que, até à próxima segunda-feira,
vai entrar com uma ação judicial
contra o Ministério da Justiça, enquanto entidade responsável pelo
Tribunal Judicial da Comarca de
Leiria, por não cumprir com as regras de acessibilidades para deficientes motores.

Mas esse processo será apenas o ponto de partida de uma série de ações previstas para os próximos meses, com o objetivo de promover a mudança, quer na arquitetura dos espaços quer na mentalidade dos gestores da administração pública e da sociedade em geral.

"Chegamos ao ridículo de termos de colocar um 'tribunal em tribunal' porque a falta de acessibilidades do nosso país é real e uma falta de respeito por todos nós. Uma lei com 20 anos e as mudanças são poucas. A fiscalização não acontece e Portugal ainda está longe de ser acessível", justificou anteontem Salvador Mendes de Almeida, fundador da associação, na sessão "Portugal mais acessível, mas quando?".

No verão do ano passado, foram feitos melhoramentos, nomeadamente na sala de audiências principal, mas mesmo assim, os problemas mantiveram-se.

SEMPRE AVARIADAS

"Existem duas plataformas elevatórias que estão constantemente avariadas e que não suportam o peso de uma cadeira elétrica, e o tribunal chegou ao cúmulo de colocar uma rampa demasiado íngreme, que não cumpre com a legalidade, para combater o facto da plataforma estar sempre avariada", sublinhou Joana Gorgueira, gestora de projeto da área de acessibilidades da Associação Salvador.

Confrontado com as denúncias, o juiz presidente do Tribunal de Leiria explicou ao JN que a rampa de acesso, amovível, "foi aplicada pela comarca para resolução provisória do problema do acesso às salas de audiência no rés do chão", e, "não sendo a solução ideal, é preferível à inexistência".

Quanto às plataformas elevatórias, confirmou que "avariam frequentemente", sendo a reparação "morosa e dispendiosa", e revelou que neste momento, encontram-se as três avariadas, aguardando-se o orçamento para reparação.

Ojuiz-presidente adiantou ainda que a comarca "tem proposto repetidamente a instalação de um elevador, acompanhada da substituição das plataformas, à entidade com competência exclusiva para o efeito: O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça".•

SAIBA MAIS

Lei obriga a que espaços públicos sejam acessíveis

Apesar da legislação obrigar a que todos os espaços públicos sejam acessíveis e do Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028 estabelecer que os edifi-cios devem estar "munidos de acessibilidades adequadas aos cidadãos com mobilidade reduzida", a Associação Salvador tem vários exemplos do incumprimento da lei. São os casos dos tribunais dos Açores, Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa Norte, Madeira, Portalegre, Porto Este, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real, onde existem barreiras que comprometem a acessibilidade.

milhões com mobilidade reduzida Estima-se que em Portugal existam mais de 3,5 milhões de pessoas com mobilidade reduzida que sentem diariamente dificuldades no acesso ou partilha de es paços publicos.

REALIDADE